



## PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES EM FLORIANÓPOLIS: CONTEÚDOS E NÍVEIS DE INSURGÊNCIA DESIGUAIS<sup>1</sup>

Elson Manoel Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

Entendendo as práticas espaciais insurgentes como aquelas práticas coletivas expressamente ou densamente espacializadas (ou que reivindicam espaços), de caráter emancipatório, que transgridam, ou ao menos questionem, os códigos jurídicos para defender direitos, que busquem uma visão contra hegemônica em relação à visão neoliberalizante (práticas heterotópicas) na utopia do direito à cidade, valorizando a participação (Direito à Obra), a apropriação e o valor de uso, este artigo tem por objetivo discutir práticas espaciais consideradas insurgentes em Florianópolis/SC, Brasil. Foram elencadas doze práticas e analisadas segundo uma escala de insurgência, não com o objetivo de hierarquizá-las, mas de reconhecer práticas com certo grau de ação contra hegemônica.

**Palavras-chave:** Práticas Insurgentes, Contra Hegemonia, Conflitos urbanos

### ABSTRACT

À partir de la compréhension des pratiques spatiales insurgées comme les pratiques collectives expressément ou densément spatialisées (ou qui revendiquent des espaces), à caractère émancipateur, qui transgressent, ou du moins remettent en cause, les codes juridiques de défense des droits, qui recherchent une vision contre-hégémonique par rapport à la vision néolibérale (pratiques hétérotopiques) dans l'utopie du droit à la ville, valorisant la participation (Droit au travail), l'appropriation et la valeur d'usage, cet article vise à discuter des pratiques spatiales considérées comme insurrectionnelles à Florianópolis/SC, Brésil. Douze pratiques ont été répertoriées et analysées selon une échelle d'insurrection, non pas dans le but de les hiérarchiser, mais de reconnaître des pratiques présentant un certain degré d'action contre-hégémonique.

**Mots-clés:** Pratiques Insurgées, Contre l'hégémonie, Conflits Urbains.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no âmbito da bolsa produtividade do CNPq

<sup>2</sup> Professor do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, elson.pereira@ufsc.br;



## INTRODUÇÃO

Há mais de dez anos temos estudado questões relacionadas à participação em políticas urbanas, preferencialmente a partir da ótica do planejamento formal. Em nossas observações, verificamos que, ao lado das práticas institucionalizadas, outras práticas espaciais paralelas ao planejamento institucionalizado.

Nas últimas décadas, observou-se uma estratégia de planejamento orientado à atração de investimentos e, especialmente no Brasil, a canalização e a concentração de recursos públicos e privados nas regiões de interesse do mercado imobiliário, gerando alterações significativas no tecido urbano e social. A face excludente foi o resultado de muitas intervenções, planos estratégicos e operações urbanas em que houve preponderância dos aspectos econômicos sobre as políticas urbanas.

Após anos de crescimento econômico com políticas desenvolvimentista durante os governos do Partido dos Trabalhadores e com amplos programas de distribuição de renda que reduziram a pobreza extrema, era inegável a relativa inclusão econômica de milhões de brasileiros. Por outro lado, setorialmente, a construção do estado de bem-estar social teve orientação e ritmo desigual. O equilíbrio instável do consórcio neodesenvolvimentista no governo federal começou a estremecer a partir das jornadas de junho de 2013, desmoronando-se com a crise econômica que se seguiu à queda do preço das commodities, explicitando também o esgotamento das respostas anticíclicas em uma crise prolongada. Acirraram-se as disputas no interior do governo sobre o destino dos gastos públicos de maneira inconciliável, resultando no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. As bases do recrudescimento da agenda neoliberal estavam, então, estabelecidas.

Cabe lembrar que enquanto se rediscute o rol do Estado e seu modelo econômico, parte da população brasileira excluída continua ocupando terras e construindo cidade sem urbanistas, engenheiros ou arquitetos. Algo que nunca deixou de fazer, mesmo no auge econômico do desenvolvimentismo. Da disputa entre a cidade-mercado e a cidade-direito têm surgido localmente novas utopias coletivas, buscando recuperar os espaços de encontro e superar a segregação e a estigmatização.

Muitas vezes, para que isso aconteça, são desenvolvidas práticas insurgentes, a saber: ações que transgridam os códigos jurídicos para defender direitos. Estas utopias anseiam o direito a participar no desenvolvimento de uma cidade diferente.



Na análise empírica dessas práticas ditas insurgentes na cidade de Florianópolis, temos observado que elas não apresentam o mesmo conteúdo de insurgência nem o mesmo grau. Embora sempre questionem em algum grau o pensamento de desenvolvimento urbano da capital catarinense, os coletivos analisados o fazem segundo diferentes intencionalidades e diferentes graus de desacordo com o pensamento hegemônico.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa, ainda em andamento, consistiu em elencar, caracterizar e analisar, segundo o conceito e uma escala de insurgência propostos, experiências de práticas espaciais com algum grau de insurgência no município de Florianópolis. Não se constituiu um levantamento exaustivo, mas uma seleção de experiência que permitiram refletir sobre o próprio conceito de práticas espaciais insurgentes e propor uma escala de insurgência.

O levantamento dos casos foi feito de maneira coletiva pelo Laboratório Cidade e Sociedade, do departamento de Geociências de UFSC e validado em seminário interno.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A urbanização brasileira caracteriza-se por um crescimento tardio em relação às metrópoles europeias e da América do Norte, pela grande velocidade e pela sua forma concentrada. Já na década de sessenta do século passado, criticava-se que esta urbanização se deu de forma desigual e excluiu grande parte da população do processo de modernização. Quase sessenta anos após o encontro de Arquitetos em Petrópolis (RJ), quando pela primeira vez se trouxe de maneira estruturada a necessidade de uma Reforma Urbana, a cidade brasileira continua como um espaço urbano desigual, convivendo de maneira dramática com enclaves fortificados de um lado e autoconstrução informal de outro. Isto porque, ao lado da crítica ao modelo de urbanização e ao planejamento urbano tecnocrático e funcionalista, desenvolveu-se igualmente um planejamento urbano que busca preparar a cidade para receber o capital excedente (HARVEY, 1996). Afinal, para a pergunta Vainer (2000), "os liberais também fazem planejamento urbano?", resposta é afirmativa. Operações Urbanas feitas em São Paulo (Faria Lima e Águas Espraiadas, principalmente) e o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, mostram um planejamento



orientado à atração de investimentos, canalizando e concentrando recursos públicos e privados nas regiões de interesse do mercado imobiliário, gerando alterações significativas no tecido urbano e social. Não há dúvida que o valor de troca se impõe sobre o valor de uso nessas ações, prevalecendo o que Lefebvre chama de Isotopias e fazendo prevalecer a Cidade-Mercado sobre a Cidade-Direito (SANTOS JR., 2007). Esse planejamento liberal, de forma perversa, mantém o invólucro da participação, tão cara ao movimento pela Reforma Urbana no Brasil, e utiliza a inclusão como “álibi” para a exclusão, e para a normalização da dominação, levando a autores como Mirafteb (2016) a falarem da falência do planejamento urbano participativo.

A construção do “pensamento único” neoliberal impactou o planejamento urbano em um momento de crise disciplinar nos anos oitenta. A crise do urbanismo funcionalista, em grande parte resultado da crítica à segregação e alienação imposta por sua concepção abstrata do espaço urbano (LEFEBVRE, 1968), ao lado do clamor por uma maior participação da sociedade civil, acabou também por facilitar o avanço acrítico das ideias neoliberais no planejamento em um contexto de crise fiscal dos Estados nacionais. Maricato (2000) denunciou a mercantilização da cidade e do planejamento urbano sob a ideologia neoliberal, agravados em suas contradições no caso brasileiro pela condição periférica no capitalismo.

As últimas décadas do século XX foram pródigas na crítica ao desenvolvimento desigual das cidades brasileiras e ao tecnocratismo na forma de planejá-las. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana se mostrou como ator importante nesta crítica e na proposta de um novo paradigma no enfrentamento dos problemas urbanos brasileiros. Mesmo tendo suas origens nos anos 1960, é no período da redemocratização do país (pós 1985) que ele se apresenta como portador de novidades no enfrentamento dos problemas urbanos, quando denuncia a urbanização excludente e a falta de democracia no desenvolvimento e planejamento da cidade no Brasil

As primeiras décadas do século XXI, por sua vez trazem uma nova institucionalidade, proveniente de uma oportunidade única no país que levou alguns dos principais atores do MNRU ao centro do governo. A ideia de equilibrar as forças na cidade e democratizar o acesso à terra urbana e a própria política urbana, vai levar a criação de organismos (Ministério das Cidades, Conselho das Cidades), processos (Conferência das Cidades) e legislação (Estatuto das Cidades, Planos Diretores) com maior grau de participação.



Esta rica história recente da política urbana brasileira tem sido ainda alvo de numerosa reflexão acadêmica. O Laboratório que coordeno na Universidade Federal de Santa Catarina (Cidade e Sociedade) tem estudado algumas dessas experiências. Após mais de uma década do estudo de questões relacionadas à participação em Políticas Públicas Urbanas na ótica do planejamento urbano institucionalizado, temos percebido o desenvolvimento de práticas espaciais de iniciativa de atores sociais não ligados ao Estado: ocupações para fins habitacionais; disputas de usos de espaços da cidade por atores não ligados ao capital; planejamento alternativo ao apresentado pelo poder público elaborado por organizações comunitárias; projetos e implementação de parques à revelia do poder público; uso de espaço público para manifestações culturais não autorizadas etc.

Nos debruçamos então no estudo dessas práticas nos últimos três anos, procurando resgatar o acúmulo teórico sobre a temática das práticas chamadas insurgentes e inventariar tais práticas no município de Florianópolis e região conurbada.

O resgate da literatura e o confronto com a empiria, nos possibilitou conceituar como práticas espaciais insurgentes aquelas práticas coletivas expressamente ou densamente espacializadas (ou que reivindiquem espaços), de caráter emancipatório, que transgridam, ou ao menos questionem, os códigos jurídicos para defender direitos, que busquem uma visão contra-hegemônica em relação à visão neoliberalizante (práticas heterotópicas) na utopia do direito à cidade, valorizando a participação (Direito à Obra), a apropriação e o valor de uso.

Entendemos ainda, que tais práticas não são elementos dicotômicos: insurgentes ou não insurgentes. Elas são práticas complexas em sua individualidade, socialmente construídas e intrinsecamente diferentes. Desta forma, o estudo individualizado de experiências de práticas espaciais insurgentes precisa pressupor graus diferentes de insurgência conforme a proximidade com o conceito apresentado. A identificação do grau de insurgência não pretende, no entanto, valorar as práticas sociais analisadas, mas, qualificá-las conceitualmente. O objetivo seria reconhecer o conflito e não julgar seu caráter revolucionário. Para isto propomos uma escala de insurgência baseada em seis elementos que variam de um menor a um maior grau de insurgência (ou conflito). Esta escala é contínua e varia segundo um gradiente, de uma situação de não insurgência a uma situação de insurgência correspondente ao nosso conceito (tipo-ideal), passando por diferentes graus.



Considerando então o conceito apresentado que supõe que as práticas espaciais insurgentes são aquelas que buscam uma visão contra hegemônica em relação à visão neoliberalizante, o primeiro grau de insurgência seria a ausência total de conflito, denominada nessa escala de Apatia; são aquelas práticas que aderem, não se opõem ou sequer reconhecem a existência do pensamento neoliberal como hegemônico. No segundo nível de insurgência, denominada Submissão, estariam aquelas práticas que, mesmo não concordando, parcial ou integralmente com os princípios neoliberais, os aceitam pois não veem maneiras de combatê-los. O terceiro e quarto nível, apresentam certa reação aos princípios neoliberais, mas buscam uma pactuação; o que diferencia as duas seria o *modus operandi* de conseguir ganhos no processo. Na Pactuação Harmoniosa, não haveria confronto, mas busca de consensos; há um rebaixamento das expectativas buscando uma acomodação. Na Pactuação Conflituosa, há o reconhecimento do conflito e por isto a negociação envolve ganhos, mas igualmente perdas das partes. Há certo nível de tensão, não havendo, no entanto, tentativa de superação do neoliberalismo. A maioria das práticas participativas na elaboração de planos diretores estudados por nosso laboratório se aproximam desses dois níveis de insurgência. Por fim, os últimos dois níveis, baseados no pensamento de Mirafteb (2004; 2014; 2016), representam a insurgência em seu maior grau de conflito, mas em níveis ainda diferentes. No penúltimo grau, Insurgência em espaços convidados, a insurgência ao neoliberalismo ocorre em espaços e formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes. Poderíamos colocá-las como equivalentes às práticas insurgentes com o Estado, como apresenta Marcelo Lopes de Souza (2017). No último grau, Insurgência em espaços inventados, a insurgência acontece segundo formas e organizações não reconhecidas e mesmo combatidas pelo Estado, as corporações e a mídia dominante. Seriam equivalentes às práticas contra o Estado (SOUZA, 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, apresenta o quarto maior valor do metro quadrado entre as capitais brasileiras, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O município situa-se predominantemente na ilha de Santa Catarina, lugar de grande apelo turístico e de crescente imigração interna, um território em disputa pelo. Desde os anos 1980, o turismo, a construção civil e mais recentemente a indústria



ligada à tecnologia tem alinhado seus interesses no sentido de atrair investimentos, buscando o crescimento do município, de forma pretensamente sustentável. Há também um claro alinhamento entre os interesses desses capitais e os governantes municipais que se sucederam ao longo das últimas décadas, que buscam, por seu lado, preparar o território para acolher esses investimentos, seja na forma de melhoria da infraestrutura, adequação das leis, filtros contra usos e ocupações não desejadas pelo capital ou mesmo do marketing urbano que reforça os atributos naturais e enaltece de forma seletiva certos índices de qualidade de vida.

Nas últimas décadas, o capital privado tem se organizado de forma institucional de modo a buscar a hegemonia na forma de conduzir os destinos da cidade buscando consensos e criando o discurso de que, aqueles que são contra seu modelo de crescimento e suas propostas de implantação de grandes equipamentos como shoppings, hotéis etc., seriam contra o desenvolvimento da cidade e contra a própria cidade.

Mas, apesar de hegemônico, esse pensamento encontra resistências. O conceito elaborado e a escala proposta nos permitiram reconhecer algumas práticas espaciais consideradas com um certo grau de conflito em Florianópolis<sup>3</sup>. Foram identificadas e sumariamente elencadas as seguintes práticas:

1. Organização para implantação do Parque de Coqueiros: caso em que uma organização comunitária foi criada e mobilizou a população de um bairro de classe média, Coqueiros, para a implantação de um parque num terreno público, papel que, *a priori*, caberia à prefeitura.
2. Organização do Samba de Terreiro da Escadaria do Rosário: esta atividade promove a apropriação de um espaço público central de Florianópolis por parte de moradores dos morros adjacentes ao centro. É uma prática cultural não mercantilizada, que promove a apropriação do espaço público, que obteve, posteriormente a anuência e apoio do Poder Público.
3. Batalha de Rap da Alfândega: os organizadores da batalha lutam pelo direito de se manifestar artisticamente e de utilizar o espaço da Praça da Alfândega no centro de Florianópolis, que sofre processo de gentrificação.

---

<sup>3</sup> Foram pesquisados 12 casos em Florianópolis e área conurbada. Para cada um dos casos foram estudados os seguintes aspectos: Identificação (nome); objetivo da prática espacial; onde se espacializava; histórico do movimento; estado atual do movimento; como se organizava; como se apropriava do espaço; qual sua espacialidade e como poderia ser caracterizado o grau de insurgência segundo a escala definida pela pesquisa.



Várias ações da prefeitura têm direcionado a ocupação daquela área para fins turísticos ou atividades para classe média, ou seja, uma parcela da população que se enquadre em padrões, hegemonicamente, construídos, em termos econômicos e sociais. A batalha teve problemas com as forças da ordem (Polícia Militar e Guarda Municipal).

4. Orçamento Participativo Legislativo: cinco vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis, de matizes políticas diferentes, juntaram os valores orçamentários que lhes cabia no orçamento municipal e democratizaram os destinos dessas verbas. A prática criou um desenho institucional alternativo à destinação das emendas de vereadores, viabilizando a participação direta da população na definição de parte do orçamento municipal.
5. Plano Alternativo Comunitário do Campeche: na década de 1990, diversos atores comunitários se organizaram, inicialmente, para barrar um projeto destinado a densificar o bairro onde moravam. A reação ao plano proposto pela prefeitura, foi seguida da elaboração de um plano alternativo da comunidade. A iniciativa coloca-se insurgente à medida que há uma atuação propositiva contrária às ideias hegemônicas e transgredir as normas pré-estabelecidas, apresentando um plano diretor para o Distrito em oposição ao apresentado pelo poder público.
6. Núcleo Gestor autoconvocado: um grupo de representantes do Núcleo Gestor eleito durante o processo de elaboração do novo Plano Diretor do município iniciado em 2006, reage à sua dissolução em 2008 e se autoconvoca. O grupo resiste ao Plano Diretor idealizado por uma consultoria contratada pela prefeitura que apresentava propostas diferentes às aquelas apresentadas pela sociedade (Distritos) ao longo de dois anos de processo participativo (2006 a 2008). O Núcleo Gestor autoconvocado promove uma organização paralela no processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis e, junto com outros atores, impede a aprovação da proposta da prefeitura.
7. Revolução dos Baldinhos: representantes do Centro de Saúde do bairro Monte Cristo, representantes da creche e escola do bairro, Associação de Moradores do bairro Chico Mendes e Frente Temporária de Trabalho



organizam-se de forma independente do poder público para resolver problemas de saneamento e criar alternativas para a produção de alimentos do bairro Monte Cristo, na parte continental do município de Florianópolis, através da compostagem de resíduos orgânicos recolhidos através de baldinhos distribuídos na comunidade. A compostagem permitia o cultivo de alimentos em área pública do próprio bairro, apropriada pelo movimento.

8. Movimento bicicletas brancas: após cada acidente fatal envolvendo um ciclista no município de Florianópolis, um movimento de cicloativistas pendura bicicletas pintadas de branco em postes, em protesto contra a falta de segurança para a mobilidade ciclística. As bicicletas brancas ressignificam espaços e evidenciam a ausência de infraestrutura e de interesse do Estado em minimizar o número de acidentes e mortes de ciclistas e denuncia a falta de investimentos em mobilidade cicloviária nas cidades, que privilegiam o pensamento hegemônico rodoviário.
9. Movimento Parque Ponta do Coral: O movimento visa dar um uso público de lazer para uma área privatizada localizada num dos locais mais valorizados do município. Apesar dos contínuos ataques do lobby imobiliário-hoteleiro, consorciado com agentes políticos e da mídia, a forte reação de grupos organizados tem conseguido impedir construção de um grande hotel naquela área, sem no entanto, garantir o uso público da mesma.
10. Movimento Ponta do Leal: nos anos 1960, quase cem famílias ocuparam uma área na beira do mar no continente do município e construíram casas sobre palafitas. O Ministério Público Federal pediu a desocupação da área para recuperação ambiental com realocação das famílias. Em 2005, a comunidade organizou-se para permanecer no local, na medida em que muitos viviam da pesca. Em 2008, foi criada a Associação de Moradores e juntamente com o laboratório AMA, da UFSC, sugerem ao MPF a utilização de um terreno de uma empresa pública, ao lado da ocupação, para a construção de um conjunto habitacional. A comunidade da Ponta do Leal conquista a permanência e a construção do único conjunto



habitacional Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, até então, em Florianópolis.

11. Ocupação Contestado: em 2012, cerca de cem famílias que ocupavam um terreno no município de São José, recebem ordem de despejo três dias após derrota do candidato à reeleição, que prometera a permanência e a construção de moradias populares naquela área. Em reação, os moradores ocuparam o saguão da prefeitura e meses depois deixaram o terreno original (nas margens da av. das Torres) e ocuparam um terreno baldio no Bairro Serraria, mantendo o nome Ocupação Contestado. A Imobiliária Suvec reivindicou, então, a posse legal do terreno e ajuizou o despejo das famílias. A SPU solicitou suspensão da ação de despejo e cedência de uma área da União para o acolhimento das famílias por meio do programa MCMV. Em 2015, a ocupação ganhou visibilidade quando militantes de movimentos de moradia denunciaram a violência policial contra os moradores. A atual ocupação é para moradia temporária, até que sejam viabilizadas as novas moradias em terreno cedido pelo Serviço de Patrimônio da União.
12. Ocupação Marielle Franco: desde os anos 1990, a ocupação, hoje denominada Marielle Franco, ocupa, para fins de moradia, um terreno privado, buscando regularizar as moradias e a construção de Habitações populares, com oposição do proprietário e da prefeitura. Deve-se destacar que o terreno se encontra parte numa ZEIS de acordo com o Plano Diretor, mas não é reconhecida como tal na prática das ações da prefeitura. É uma ocupação que ainda sofre contínuas ações de demolição e despejo

As práticas analisadas se contrapõem à visão hegemônica sobre a cidade, em menor ou maior proporção. As nuances que permeiam as práticas em suas disputas no território trazem reflexões sobre formas de articulação e empoderamento na construção do espaço urbano. Em se tratando da escala de insurgência, a aproximação de uma tipologia não significa que todos aspectos de análise sejam enquadrados no mesmo nível. Sinteticamente, assim classificamos as práticas estudadas:



<b>Prática Espacial</b>	<b>Grau de Insurgência</b>
Parque de Coqueiros	Pactuação harmoniosa
Samba de Terreiro	
Batalha da Alfândega	Pactuação conflituosa
Orçamento Legislativo Participativo	Insurgência em espaços convidados
Bicicletas Brancas	Insurgência em espaços inventados
Plano Alternativo Comunitário do Campeche	
Núcleo Gestor Municipal Autoconvocado	
Revolução dos Baldinhos	
Ponta do Coral	
Ponta do Leal	
Ocupação Contestado	
Ocupação Marielle Franco	

Quadro 1: Práticas espaciais e seus graus de insurgência

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, de forma geral, as práticas analisadas se contrapõem à visão hegemônica de cidade, em menor ou maior proporção. Que as práticas, em suas disputas no território, trazem reflexões sobre formas de articulação e empoderamento na construção de uma cidade. Considerando que todo projeto hegemônico é instável e precário, torna-se importante conhecer as fissuras em seu discurso e a forma de organização própria dos movimentos que a ele se insurgem. E, em se tratando da escala de insurgência, a aproximação de uma tipologia não significa que todos aspectos de análise sejam enquadrados no mesmo nível.



## REFERÊNCIAS

- BRENNER and NIK THEODORE. Cities and the geographies of ‘actually existing neoliberalism’. In: **Antipode**. The urbanization of neoliberalism: theoretical debates. Oxford: Blackwell Publishers. 2002. p. 349-381.
- COELHO, K. S. **Participação e ‘Não!’ ao Plano da CEPA: uma análise das práticas organizativas de resistência à nova proposta de plano diretor apresentada pelo Poder Público de Florianópolis**. Rio de Janeiro: Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. 2013.
- CONTU, A. **A political answer to questions of struggle**. Ephemera: critical dialogues on organization, 2 (2), 2002. 160–174. Disponível em <www.ephemeraweb.org>
- COSTA, F. Z. N. et al. **Os Estudos Críticos em Administração, a Political Discourse Theory e a “Ocupação de Wall Street”: da Emancipação ao Engajamento Político**. Anais do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Curitiba, PR, Brasil, 7. 2012.
- FRIEDMAN, J. **Insurgencies: essays in planning theory**. Routledge. Abingdon, 2011.
- GRIGGS, S., & HOWARTH, D. New environmental movements and direct action protest: the campaign against Manchester Airport’s second runway. In HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (Org.). **Discourse Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change**. Manchester University Press. 2000.
- HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. In Espaço & Debates, n. 39. 1996. p. 48-64.
- HOLSTON, J. **Espaços de Cidadania Insurgente**. In Revista do IPHAN, n. 24. 1996.
- HUTTON, W., & GIDDENS, A. **No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record. 2004.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso. 1985.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Centauro Editora. São Paulo, 5a edição, 2008.
- \_\_\_\_\_. **La production de l’espace**. Versão brasileira: A Produção do Espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.
- LOGAN, J. e MOLOTCH, H; **Urban Fortunes: the political economy of place**. University of California Press. 1987.



MARICATO, E. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** Boitempo: Carta Maior. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado.** Metrôpoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, 14 (4), 21-33. 2000.

MIRAFTAB, F. **Invited spaces of participation: neoliberal citizenship and feminists' expanded notion of politics.** In: Wagadu: Journal of Transnational Women's and Gender Studies, vol. 1. 2004.

\_\_\_\_\_. **Displacement: framing the global relationally.** In: Framing the Global: Entry Points for the Search. Bloomington: Indiana University Press. 2014. p. 37-50.

\_\_\_\_\_. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais: Recife, V.18, n.3, 2016. p. 363-377.

\_\_\_\_\_, THEODORE, N. e BRENNER, N. **Neoliberalism Urbanism Redux?.** In International Journal of Urban and Regional Research., vol. 37.3. 2013. p. 1091-1099.

MISCOCZKY, M. C. A. **Rememorando a Organização e Práxis dos Centros Populares de Cultura.** Anais do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Curitiba. 2012.

OTTO, B., & BÖHM, S. **The people and resitance against international business, the case of the Bolivian "water war".** In: Critical Perspectives on International Business, 2 (4). 2006. p. 22-39.

SANTOS JR. O. **Cidade, cidadania e planejamento urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana.** In: FELDMAN, S; FERNANDES, A (orgs.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA. 2007. p. 293-314.

\_\_\_\_\_. **Urban common space, heterotopia and the right to the city: Reflections on the ideas of Henri Lefebvre and David Harvey.** In: Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 6, n. 2. 2014. p. 146-157.

SOLÉ, A. **¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario.** Working Paper, Paris. 2004.

SOUZA, M. L. de. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 57-72

\_\_\_\_\_. **Autogestão, "autoplanejamento", autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos.** In Cidades, vol. 9, n. 15. 2012.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Libertária.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SPICER, A., & BÖHM, S. **Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management.** Organization Studies. 28. 2007. p. 1667-1698.

SPICER, A., & VAN BOMMEL. **Hail the Snail: Hegemonic Struggles in the Slow Food Movement.** Organization Studies. 32 (12). 2011. p. 1716-1744.

TANAKA, G. **Planejamento e conflitos sociais: reflexões a partir de lutas urbanas.** In: XVII ENANPUR – sessão temática 10: perspectivas para o planejamento urbano e regional: São Paulo. 2017.

VAINER, C. B. **Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. (org.). **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos.** 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-104.